

## EDITORIAL

**R**ecente publicação pela editora da UnB do livro-depoimento de Roberto A. Salmeron, *Universidade Interrompida: Brasília 1964-1965*, é uma eloquente lição para os dias atuais. Em dois sentidos.

Primeiro, por recuperar a história de uma universidade fundada a partir de projeto inspirado no debate da “reforma universitária” dos anos 60 e nos modelos de referência internacional mais avançados à época. Se a fundação da USP foi uma resposta regional que conjugou a reação política das elites paulistas diante dos desdobramentos da Revolução de 30 com o movimento educacional pré-existente e a Missão Francesa, a UnB foi uma resposta nacional à crise da universidade elitista, profissionalizante, feudalizada pela cátedra vitalícia e dissociada da pesquisa, que dominava.

Segundo, por lembrar pelo exemplo dramático da UnB que a universidade brasileira, além de muito tardia em termos latino-americanos, tem tido seu desenvolvimento bloqueado por sucessivos governos têm bloqueado o seu desenvolvimento.

O primeiro “aborto” foi provocado ainda no século XIX. Com a chegada de Dom João VI, comerciantes de Salvador propõem a fundação de uma universidade, dispondo-se a financiá-la. O Rei, preferindo ouvir o médico da Corte, rejeita a idéia de universidade em favor de um curso de cirurgia.

Se a USP teve um infância sadia e desenvolvimento normal, a Universidade do Distrito Federal, criada pelo Diretor do Departamento Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Anísio Teixeira, em julho de 1935, será

vítima de um “infanticídio” por sua origem bastarda. Gustavo Capanema, em pleno Estado Novo, decidiu que somente o Ministro da Educação tinha autoridade para criar universidades. A punição deste ato “ilegal” privou o país de uma iniciativa brilhante que durou apenas três anos e meio.

A Universidade de Brasília conseguiu sobreviver apesar do “estupro” que sofreu pela ação da ditadura militar. Salmeron prefere chamá-la elegantemente “Universidade interrompida”, mas seu relato precioso e contundente mostra que, “além da força ostensiva de tropas militares, há também os múltiplos aspectos de fundo sociológico da violência: a espionagem, as delações, as prisões, as expulsões.” (p.25)

Cada época cria os seus próprios mecanismos de destruição ou ameaça às universidades públicas. A Nova República, rompendo com a violência da tradição anterior, optou pela “morte lenta”, por inanição progressiva. Basta comparar a contínua redução dos recursos para manutenção e investimentos das universidades pelo MEC e do financiamento para pesquisa do MCT. Acaso o atual governo pretende passar para a história como “coveiro” desse processo?

O texto de Marilena Chauí, “Universidade operacional” traz uma reflexão crítica que vai à raiz do problema. Dilvo Ristoff, “A tríplice crise da universidade brasileira”, problematiza as dimensões centrais da crise. Waldemar Sguissardi, com a análise do Dearing Report, incorpora uma perspectiva comparativa para a compreensão dos complexos desafios da educação superior.